



Energisa Minas Gerais | Resultados do 1º semestre de 2013

Cataguases, 9 de agosto de 2013 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T13) e do primeiro semestre de 2013 (1T13). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 409 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre:

Descrição	6T13	6T12	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	319,1	318,9	+ 0,1
Receita Operacional Líquida	234,9	209,2	+ 12,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	198,8	191,4	+ 3,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	30,5	27,3	+ 11,7
EBITDA	39,0	35,3	+ 10,5
EBITDA Ajustado	42,0	38,1	+ 10,2
Resultado Financeiro	(10,8)	(6,5)	+ 66,2
Lucro Líquido	13,1	13,8	- 5,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	534,0	469,1	+ 13,8
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	85,4	79,3	+ 7,7
Patrimônio Líquido	65,5	76,5	- 14,4
Endividamento Líquido	272,4	208,3	+ 30,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	409,4	397,8	+ 2,9
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	563,9	546,4	+ 3,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	736,4	711,9	+ 3,4
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,66	8,77	- 0,11 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	17,9	18,2	- 0,3 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,7	2,6	+ 42,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 6M13, a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 283,0 milhões, ante R\$ 301,1 milhões registrados em 6M12, redução de 6,0% (R\$ 18,1 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 3,9% (R\$ 7,4 milhões) no período, para R\$ 198,8 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo	Trimestre			Semestre		
	2T13	2T12	Var %	6M13	6M12	Var. %
Valores em R\$ milhões						
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	125,7	136,4	- 7,8	262,5	275,2	- 4,6
✓ Residencial	53,4	62,7	- 14,8	114,6	126,9	- 9,7
✓ Industrial	16,6	21,7	- 23,5	33,9	43,1	- 21,3
✓ Comercial	27,9	26,6	+ 4,9	58,9	55,5	+ 6,1
✓ Rural	16,3	12,0	+ 35,8	31,0	23,5	+ 31,9
✓ Outras classes	11,5	13,4	- 14,2	24,1	26,2	- 8,0
(+) Suprimento de energia elétrica	(0,1)	0,3	-	(0,6)	0,4	-
(+) Fornecimento não faturado líquido	(2,7)	(1,1)	+ 145,5	(3,6)	(3,2)	+ 12,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	7,4	10,5	- 29,5	15,7	19,7	- 20,3
(+) Receitas de construção	26,2	9,1	+ 187,9	36,1	17,8	+ 102,8
(+) Outras receitas	4,7	4,3	+ 9,3	9,0	9,0	-
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	161,2	159,5	+ 1,1	319,1	318,9	+ 0,1
(-) Impostos sobre vendas	(37,5)	(43,2)	- 13,2	(79,5)	(87,2)	- 8,8
(-) Encargos setoriais	(2,2)	(11,6)	- 81,0	(4,7)	(22,5)	- 79,1
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	121,5	104,7	+ 16,0	234,9	209,2	+ 12,3
(-) Receitas de construção	26,2	9,1	+ 187,9	36,1	17,8	+ 102,8
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	95,3	95,6	- 0,3	198,8	191,4	+ 3,9

2.2 - Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro semestre de 2013, a Energisa Minas Gerais alcançou lucro líquido de R\$ 13,1 milhões, ante os R\$ 13,8 milhões registrados em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 42,0 milhões em 6M13, contra os R\$ 38,1 milhões apurados em 6M12, um incremento de 10,2%.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA)	Trimestre			Semestre		
	2T13	2T12	Var %	6M13	6M12	Var. %
Valores em R\$ milhões						
(=) Lucro Líquido	3,1	6,1	- 49,2	13,1	13,8	- 5,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	(1,5)	(2,9)	- 48,3	(6,6)	(6,9)	- 4,3
(-) Resultado financeiro	(8,2)	(6,2)	+ 32,3	(10,8)	(6,5)	+ 66,2
(-) Depreciação e amortização	(4,2)	(3,9)	+ 7,7	(8,5)	(8,0)	+ 6,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	17,0	19,1	- 11,0	39,0	35,2	+ 10,8
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,5	1,5	-	3,0	2,9	+ 3,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	18,5	20,6	- 10,2	42,0	38,1	+ 10,2
Margem do EBITDA Ajustado	15,2	19,7	- 4,5 p.p	17,9	18,2	- 0,3 p.p

2.3 - Despesas operacionais

Em 6M13, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 168,2 milhões, aumento de 2,4% (R\$ 4,0 milhões) em relação aos 6M12. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 2,4 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 1,7 milhão no trimestre, um incremento de 1,5%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T13	2T12	Var. em R\$ milhões	6M13	6M12	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	21,2	20,6	+ 0,6	42,1	39,7	+ 2,4
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	7,3	6,4	+ 0,9	14,6	12,5	+ 2,1
1.2 Material	1,0	1,3	- 0,3	2,1	2,6	- 0,5
1.3 Serviços de terceiros	12,9	12,9	-	25,4	24,6	+ 0,8
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	56,3	54,9	+ 1,4	114,4	112,7	+ 1,7
3 - Depreciação e amortização	4,2	3,9	+ 0,3	8,5	8,0	+ 0,5
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(1,1)	0,1	- 1,2	(0,4)	1,8	- 2,2
5 - Outras despesas/receitas	1,8	0,9	+ 0,9	3,6	2,0	+ 1,6
Subtotal	82,4	80,4	+ 2,0	168,2	164,2	+ 4,0
6 - Custo de construção	26,2	9,1	+ 17,1	36,1	17,8	+ 18,3
Total	108,6	89,5	+ 19,1	204,3	182,0	+ 22,3

2.3 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 6M13 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 10,8 milhões (R\$ 8,2 milhões no 2T13), ante uma despesa financeira líquida de R\$ 6,5 milhões em 6M12 (R\$ 6,2 milhões no 2T12).

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Minas Gerais em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012:

Descrição		
Valores em R\$ milhões	30/06/2013	31/12/2012
Curto Prazo	29,7	27,6
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23,8	23,1
Encargos de dívidas	4,1	2,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,8	1,8
Longo Prazo	328,1	302,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	325,1	299,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	3,0	3,1
Total das dívidas	357,8	329,7
(-) Disponibilidades financeiras	85,4	100,8
Total das dívidas líquidas	272,4	228,9

2.3.1 - Recolocação de debêntures

Em 20 de junho de 2013, através de leilão eletrônico organizado e divulgado pela CETIP S.A - Mercados Organizados, foram recolocadas no mercado parte das debêntures anteriormente resgatadas pelas Energisa Minas Gerais (13.085 debêntures da 7ª emissão pelo montante de R\$ 13,1 milhões). As debêntures, de valor nominal unitário de mil reais, foram recolocadas pelo preço unitário (PU), acrescido de remuneração correspondente a CDI mais 1% ao ano. As debêntures estavam na tesouraria por consequência da não repactuação de parte dos credores da respectiva emissão em 17 de dezembro de 2012.

A controladora indireta Gipar foi responsável pela aquisição de 3.995 debêntures supramencionadas.

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

No primeiro semestre de 2013 (6M13), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 738,1 GWh (370,8 GWh no 2T13), incremento de 4,8% (aumento de 5,3% no 2T13) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 7,9% (8,2% no 2T13) no período. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 2,6% no semestre. A energia total distribuída em 6M13 foi de 736,4 GWh, ante os 711,9 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T13	2T12	Var %	6M13	6M12	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	280,5	269,4	+ 4,1	563,9	546,4	+ 3,2
✓ Residencial	109,3	101,0	+ 8,2	222,4	206,2	+ 7,9
✓ Industrial	44,5	47,6	- 6,5	86,0	95,6	- 10,0
✓ Comercial	52,3	50,7	+ 3,2	109,4	105,7	+ 3,5
✓ Rural	38,3	34,9	+ 9,7	73,7	68,5	+ 7,6
✓ Outras Classes	36,1	35,2	+ 2,6	72,4	70,4	+ 2,8
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	90,3	82,9	+ 8,9	174,2	158,0	+ 10,3
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	370,8	352,3	+ 5,3	738,1	704,4	+ 4,8
4) Suprimento de energia e não faturado	(7,2)	(0,3)	+ 2.300,0	(1,7)	7,5	-
5) Energia Total Distribuída (3+4)	363,6	352,0	+ 3,3	736,4	711,9	+ 3,4

A Energisa Minas Gerais encerrou o primeiro semestre de 2013 com 409.381 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,9% superior à registrada em junho de 2012. Já o número de consumidores livres totalizou 30 no fim de junho deste exercício.

3.2 - Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica continua sendo foco das ações gerenciais da Energisa Minas Gerais visando a contínua redução das perdas de energia elétrica da Companhia, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras, já que o desvio de energia é o principal responsável pelas perdas comerciais.

Essas irregularidades vêm sendo identificadas pelo Centro de Inteligência de Combate a Perdas (CICOP).

As perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais situaram em 8,66% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2013, queda de 0,11 ponto percentual em relação a igual período terminado em junho do ano passado.

4 - Investimentos

No primeiro semestre de 2013, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 29,6 milhões, ante os R\$ 19,5 milhões investidos em igual período do ano passado, um aumento de 51,8%.

5 - Antecipação de dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Minas Gerais aprovou as seguintes distribuições de dividendos intercalares, relativos ao exercício em curso:

- 1) em reunião de 13 de junho, o montante de R\$ 10,0 milhões, equivalente a R\$ 22,1061826 por ação ordinária ou preferencial. Estes dividendos foram pagos a partir do dia 17 de junho de 2013;
- 2) em reunião de 8 de agosto, o valor de R\$ 3,1 milhões, à razão de R\$ 7,00345928 por ação ordinária ou preferencial. Estes dividendos serão pagos em até 31 de dezembro de 2013.

O montante dos dividendos já declarados (R\$ 13,1 milhões) representa 100% do lucro líquido apurado pela Companhia no primeiro semestre de 2013.

6 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais no primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 67 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	30/6/2013	31/12/2012
Ativo		(Ajustado)
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	22.026	25.823
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	62.356	72.423
Consumidores e concessionárias	60.359	80.760
Títulos de créditos a receber	2.191	1.952
Estoques	1.206	1.132
Impostos a recuperar	14.658	11.338
Baixa renda e devedores diversos	15.975	21.758
Total do circulante	178.771	215.186
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	1.012	2.568
Consumidores e concessionárias	8.207	8.207
Títulos de créditos a receber	800	832
Impostos a recuperar	8.726	8.686
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.631	16.738
Créditos tributários	14.870	20.640
Cauções e depósitos vinculados	1.306	1.307
Contas a receber da concessão	247.273	217.739
Outros	135	-
	306.960	276.717
Investimentos	2.049	2.039
Intangíveis	41.497	40.519
Imobilizado	4.693	4.265
Total do não circulante	355.199	323.540
Total do Ativo	533.970	538.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais)

	30/6/2013	31/12/2012
Passivo		(Ajustado)
Circulante		
Fornecedores	41.004	38.881
Encargos de dívidas	4.113	2.726
Empréstimos e financiamentos	23.794	22.978
Debêntures	-	98
Tributos e contribuições sociais	22.614	29.978
Parcelamento de impostos	1.446	1.407
Encargos do consumidor a recolher	347	3.684
Benefícios a empregados - plano de pensão	353	372
Obrigações estimadas	2.725	2.190
Obrigações intrasetoriais	6.922	11.553
Outras contas a pagar	22.326	7.779
Total do circulante	125.644	121.646
Não circulante		
Fornecedores	744	723
Empréstimos e financiamentos	265.198	252.408
Debêntures	59.905	46.636
Tributos e contribuições sociais	6.448	5.464
Parcelamento de impostos	1.205	1.877
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	6.378	6.200
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.791	1.656
Outras contas a pagar	1.152	1.237
Total do não circulante	342.821	316.201
Patrimônio líquido		
Capital social	44.171	44.171
Reservas de capital	7.921	7.921
Reservas de lucros	10.525	10.525
Outros resultados abrangentes	(269)	(269)
Dividendos adicionais propostos	-	38.531
Lucros/Prejuízos acumulados	3.157	-
	65.505	100.879
Total do passivo	533.970	538.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais)

	6M13	6M12
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	258.885	272.007
Suprimento de energia elétrica	(569)	368
Disponibilidade do Sistema Elétrico	15.737	19.722
Receita de construção	36.053	17.828
Outras receitas	9.007	9.008
	319.113	318.933
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	53.216	59.173
PIS, Cofins e ISS	26.267	28.068
Quotas para a reserva global de reversão	(1.160)	2.388
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	5.934	20.060
	84.257	109.689
Receita operacional líquida	234.856	209.244
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	14.641	12.517
Material	2.149	2.565
Serviços de terceiros	25.435	24.562
Energia elétrica comprada para revenda	96.588	86.441
Transporte de potência elétrica	17.841	26.284
Depreciação e amortização	8.507	7.985
Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos	(385)	1.827
Receita de construção	36.053	17.828
Outras despesas / receitas	3.514	1.966
	204.343	181.975
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	30.513	27.269
Receita (despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	1.557	3.869
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.937	2.858
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	4.330	-
Outras receitas financeiras	794	583
Encargos de dívidas - juros	(9.320)	(10.818)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(12.106)	(6.626)
(-) Transferência para ordens em curso	395	246
Marcação a mercado de derivativos	(4.951)	1.380
Instrumentos financeiros de derivativos	10.905	4.593
Ajuste valor presente de ativos	13	101
Outras despesas financeiras	(5.387)	(2.676)
	(10.833)	(6.490)
Resultado antes dos impostos	19.680	20.779
Contribuição social e imposto de renda	(6.560)	(6.933)
Lucro líquido do período	13.120	13.846
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	29,11	30,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais)

	6M13	6M12
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	19.680	20.779
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas	15.364	16.851
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(84)	758
Depreciação e amortização	8.507	7.985
Valor residual de ativos permanentes baixados	(27)	(1.342)
Provisão para riscos	(54)	446
Instrumentos financeiros derivativos	(10.905)	(4.593)
Marcação a mercado de derivativos	4.951	(1.380)
Subtotal	37.432	39.504
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Consumidores e concessionárias	20.191	2.535
Títulos de créditos a receber	99	3.880
Estoques	(75)	(19)
Impostos a recuperar	(3.360)	(6.828)
Cauções e depósitos vinculados	1	(53)
Despesas pagas antecipadamente	316	133
Outros créditos	(704)	(4.896)
	16.468	(5.248)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(1.001)	1.302
Tributos e contribuições sociais	(5.009)	5.595
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.162)	(4.925)
Parcelamento de impostos	(634)	(513)
Obrigações estimadas	535	413
Encargos do consumidor a recolher	(3.337)	269
Outras	15.685	(2.021)
	4.077	120
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	57.977	34.376
Atividades de investimentos		
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(82.769)	(27.619)
Resgate de aplicações financeiras	95.950	48.615
Aplicações no investimento	(10)	(37)
Aplicações no intangível	(32.665)	(18.641)
Alienação de bens do intangível	1.415	2.156
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(18.079)	4.474
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos	31.592	8.105
Pagamentos de empréstimos - principal	(17.576)	(13.281)
Pagamentos de empréstimos - juros	(7.278)	(8.230)
Pagamentos de dividendos	(48.494)	(5.704)
Liquidação de instrumentos financeiros	(1.939)	(2.392)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(43.695)	(21.502)
Varição líquida do caixa	(3.797)	17.348
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	25.823	29.082
Caixa mais equivalentes de caixa finais	22.026	46.430
Varição líquida do caixa	(3.797)	17.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa MG”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 406.392 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. A referida legislação abordou os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia terá sua concessão expirada em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 15 de outubro de 2012 suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita foi em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Abaixo estão listadas as principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 22 e 28, respectivamente.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de agosto de 2013 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas na imprensa oficial em 08 de março de 2013, exceto quanto a aplicação do CPC 33 R1 (IAS 19) que alterou a contabilização dos benefícios a empregados - plano de aposentadoria, que exigirá reconhecimento das alterações conforme ocorram, eliminando a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. A partir do exercício de 2013 os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente na rubrica “outros resultados abrangentes”, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido. Os efeitos de tais ajustes estão demonstrados na nota explicativa nº 3.2.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:

IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o *hedge accounting* no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao *hedge* desde que sejam atingidas certas condições.

IAS 32 - Instrumentos financeiros - divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12- Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRIC 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.

Resultados do 1º semestre de 2013

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

3.2 Ajustes e Reclassificações

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 31/12/2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2012 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo não circulante	323.401	139	323.540
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	20.501	139	20.640
Total do Ativo	538.587	139	538.726
Passivo			
Passivo não circulante	315.793	408	316.201
Benefício a empregados - plano de pensão	1.248	408	1.656
Patrimônio líquido	101.148	(269)	100.879
Outros resultados abrangentes	-	(269)	(269)
Perdas atuariais, líquidas	-	(269)	(269)
Total do Passivo	538.587	139	538.726

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	30/06/2013	31/12/2012
CEF	CDB	29/05/2015 e 30/06/2015	100,5% do CDI	11.066	13.832
Santander	Debêntures (**)	12/06/2015	103,2% do CDI	7.643	7.022
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	-	1.465
Mercantil FID	CDB	21/11/2022	105,0% do CDI	-	775
Total				18.709	23.094
Caixa e bancos				3.317	2.729
Total caixa e equivalente de caixa				22.026	25.823

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2013	31/12/2012
Diversos	CDB	10/01/2013 a 23/12/2013	106,0% a 107,5% do CDI	10.375	15.141
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	3.912	-
BICBanco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	-	2.323
BMG	CDB	10/10/2013 a 22/05/2014	99,0% a 112,0% do CDI	1.234	1.192
Bradesco	Debêntures (**)	12/07/2013	75,0% a 90,0% do CDI	850	13.952
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	3.550	1.150
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	7.064
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	7.469	77
CEF	Poupança	-	Poupança	16	16
Daycoval	CDB	26/02/2015	102,0% do CDI	9	14.345
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	8.010	890
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	11.497	-
Itaú	Debêntures	25/07/2013 a 26/03/2015	100,0% a 103,5% do CDI	173	171
Modal e Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.173	56
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	10.027
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	6.019
				52.268	72.423

Resultados do 1º semestre de 2013

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	1.012	2.568
Mercantil	DPGE	21/05/2015	112,0% do CDI	10.088	-
				11.100	2.568
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				63.368	74.991
Circulante				52.268	72.423
Não Circulante				11.100	2.568

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2013	31/12/2012
Residencial	9.305	4.955	612	266	12	1	15.151	19.754
Industrial	9.290	574	88	364	50	899	11.265	15.006
Comercial	4.796	1.242	157	173	110	-	6.478	9.512
Rural	2.443	1.094	198	76	-	-	3.811	3.970
Poder público:								
Federal	21	1	-	-	-	-	22	35
Estadual	234	12	2	1	-	-	249	375
Municipal	851	42	7	7	-	-	907	1.371
Iluminação pública	952	44	-	-	-	-	996	1.033
Serviço público	1.094	10	-	-	-	-	1.104	1.508
Subtotal - consumidores	28.986	7.974	1.064	887	172	900	39.983	52.564
Concessionárias (2)	1.500	-	-	-	-	8.207	9.707	9.850
Fornecimento não faturado	10.731	-	-	-	-	-	10.731	14.378
Outros	3.304	-	-	-	-	8.415	11.719	15.539
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(767)	(418)	(130)	(2.259)	(3.574)	(3.364)
Total	44.521	7.974	297	469	42	15.263	68.566	88.967
Circulante							60.359	80.760
Não circulante							8.207	8.207

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de concessionárias em 30 de junho de 2013, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.707 (R\$9.570 em 31 de dezembro de 2012), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Resultados do 1º semestre de 2013

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante é de R\$6.055 referente à aquisição de energia e encargo de serviço sistema na CCEE e R\$3.359 (R\$3.640 em 31 de dezembro de 2012) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2013	31/12/2012
Saldos a vencer	1.500	1.363
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.334	1.334
	9.707	9.570
(-) Aquisições de energia na CCEE	(6.055)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(3.359)	(3.640)
	<u>293</u>	<u>5.930</u>

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de junho de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	30/06/2013	31/12/2012
Títulos de créditos a receber	5.992	6.092
Ajuste a valor presente	(767)	(780)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(2.234)	(2.528)
	<u>2.991</u>	<u>2.784</u>
Circulante	2.191	1.952
Não circulante	800	832

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Resultados do 1º semestre de 2013

Em 30 de junho de 2013, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2013
Vencidos (1)	2.234
2013	1.934
2014	307
2015	116
2016	112
2017	92
2018 em diante	430
Total	5.225

(1) Os títulos de vencidos contemplam as parcelas vencidas e vincendas de clientes inadimplentes.

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2013	31/12/2012
Saldo - inicial circulante - 31/12/2012 e 31/12/2011	5.892	5.234
Provisões constituídas no período/exercício	257	2.311
Reversão de provisões no período/exercício	(341)	(1.653)
Saldo - final - circulante - 30/06/2013 e 31/12/2012	5.808	5.892
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.574	3.364
Títulos de créditos a receber	2.234	2.528

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

9 Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a

Resultados do 1º semestre de 2013

eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.532 de 11 de junho de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da EMG com reajuste que gerou um aumento da 2,56%, aplicados a partir de 18 de junho de 2013.

10 Baixa renda e outros créditos

	30/06/2013	31/12/2012
Baixa renda	3.223	5.976
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	6.138	10.071
Ordens de serviço em curso - outros	292	363
Ordens de dispêndio a reembolsar	2.332	2.052
Adiantamentos	1.133	800
Outras	2.857	2.496
	<u>15.975</u>	<u>21.758</u>

Segue a movimentação do baixa renda e contas a receber Eletrobrás:

	30/06/2013	31/12/2012
Saldo - inicial circulante - 31/12/2012	5.976	2.384
Subvenção Baixa Renda	10.192	22.361
Ressarcimento pela Eletrobrás	(12.945)	(18.769)
Saldo - final - 30/06/2013 - circulante	<u>3.223</u>	<u>5.976</u>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

O Governo Federal através do Despacho ANEEL nº 1.711 de 29 de maio de 2013, antecipou recursos de CDE da ordem de R\$22.175, recebido em 03 de junho de 2013, registrado na rubrica "Antecipação Subvenção Rural e Irrigantes", no passivo circulante. Tal valor está sendo apropriado ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013 para fazer frente a Subvenção CDE para o consumo de energia das classes: Rural - Irrigantes (Redução de 67%) e da classe de Serviço Público (Redução de 15%), homologado através do Decreto nº 7.891/2013, que segue:

	30/06/2013
Subvenção CDE - desconto tarifário	18.408
Repasso CDE	(12.672)
Antecipação repasse despacho ANEEL nº 1711/2013	(22.175)
Outras contas a pagar - passivo circulante	<u>(16.439)</u>

11 Tributos e Impostos a recuperar

	30/06/2013	31/12/2012
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.990	9.606
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	572	544
Imposto de Renda - IRPJ	1.935	169
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	755	31
Contribuição do PIS e COFINS	8.645	9.186
Outros	487	488
	23.384	20.024
Circulante	14.658	11.338
Não Circulante	8.726	8.686

12 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Maurício, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o período:

	ENF (a)	ESO (a)	ESA (b)	ESER (a)	30/06/2013	30/06/2012
Prestação de serviços	-	(10.803)	(5.249)	(143)	(16.195)	(15.744)
Custo e uso de conexão	(497)	-	-	-	(497)	(732)
Despesa financeira - comissão aval (c)	-	-	(1.511)	-	(1.511)	-

	ENF (a)	ESO (a)	ESA (b)	ESER (a)	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012
Prestação de serviços	-	(10.803)	(2.651)	(26)	(13.480)	(7.934)
Custo e uso de conexão	(240)	-	-	-	(240)	(388)
Despesa financeira - comissão aval (c)	-	-	(1.080)	-	(1.080)	-

					30/06/2013	31/12/2012
Saldo a pagar - fornecedores	85	1.618	812	-	2.515	2.378

- (a) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.
- (b) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (c) Refere-se a custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2013, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$195 (R\$185 em 30 de junho de 2012) e da Diretoria foi de R\$628 (R\$335 em 30 de junho de 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde

Resultados do 1º semestre de 2013

e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$227 (R\$169 em 30 de junho de 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$189 (R\$131 em 30 de junho 2012).

Em 30 de junho de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de junho, foram de R\$17 e R\$2 (R\$15 e R\$2 em 30 de junho de 2012), respectivamente. A remuneração média em 30 de junho de 2013 foi de R\$9 (R\$8 em 30 de junho de 2012).

Na AGO de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$2.999 (R\$2.827 em 31 de dezembro de 2012).

13 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/06/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo		
Prejuízos fiscais	23.406	23.391
Base negativa de contribuição social	9.327	9.320
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(13.134)	(8.875)
Contribuição social	(4.729)	(3.196)
Total - não circulante	14.870	20.640

A natureza dos créditos tributários diferidos são como segue:

	30/06/2013		31/12/2012 (Reapresentado)	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa da CSSL	96.274	32.733	96.209	32.711
Provisão ajuste atuarial	1.206	410	1.020	347
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	5.806	1.974	5.890	2.003
Provisões para contingências	7.090	2.411	6.912	2.350
Ajustes a valor presente	414	141	427	145
Outros	6.061	2.061	11.141	3.787
Subtotais	105.288	35.798	117.930	40.096
Passivo				
Resultados operações SWAP	(11.390)	(3.873)	1.455	495
Marcação a mercado - derivativos	(173)	(59)	(5.124)	(1.742)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(61.553)	(20.928)	(57.224)	(19.456)
	(73.116)	(24.859)	(60.893)	(20.704)
Totais líquidos - ativo não circulante	43.735	14.870	60.706	20.640

Resultados do 1º semestre de 2013

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2013	1.116
2014	5.547
2015	5.520
2016	873
2017	961
2018 em diante	853
Total	14.870

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Lucro antes dos impostos	4.580	19.680	9.120	(reapresentado) 20.779
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(1.557)	(6.691)	(3.101)	(7.065)
Ajustes:				
Outros	133	131	139	132
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social	(1.424)	(6.560)	(2.962)	(6.933)
Alíquota efetiva	31,09%	33,33%	32,48%	33,40%

14 Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor Novo de Reposição Valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2012, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconheceu o VNR, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No primeiro semestre de 2013, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$ 4.330.

Resultados do 1º semestre de 2013

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2013, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/06/2013
Ativo financeiro - 31/12/2012	217.739
Adições no período	26.270
Baixas no período	(1.066)
Ativo financeiro - 30/06/2013	242.943
Atualização contas a receber da concessão - VNR	4.330
Ativo financeiro custo corrigido -30/06/2013	247.273

15 Intangível e Imobilizado

	30/06/2013	31/12/2012
Imobilizado	4.693	4.265
Contrato da concessão	41.497	40.519
Total	46.190	44.784

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo Inicial 31/12/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo Final 30/06/2013
Intangível em Serviço						
Custo:	312.764		1.751	(15.238)	-	299.277
Amortização Acumulada	(246.518)			1.371	(11.268)	(256.415)
Subtotal	66.246		1.751	(13.867)	(11.268)	42.862
Em Curso	17.444	29.609	(2.351)	(18.225)		26.477
Total Intangível	83.690	29.609	(600)	(32.092)	(11.268)	69.339
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	41.104	-	528	-	-	41.632
Amortização Acumulada	(26.506)	-		-	(2.934)	(29.440)
Subtotal	14.598	-	528		(2.934)	12.192
Em Curso	28.573	6.244	(528)	(18.639)		15.650
Total das Obrigações Especiais	43.171	6.244	(600)	(18.639)	(2.934)	27.842
Total Intangível	40.519	23.365	(600)	(13.453)	(8.334)	41.497
IMOBILIZADO						
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	2.039	-	485	-	-	2.524
Veículos	980	-	-	-	-	980
Móveis e utensílios	2.475	-	115	-	-	2.590
Depreciação Acumulada	(1.438)	-	-	-	(172)	(1.610)
Total Imobilizado em serviço	4.265	-	600	-	(172)	4.693
Total	44.784	23.365	-	(13.453)	(8.506)	46.190

(*) Esse total inclui o montante de R\$26.270 de intangível em curso líquido da respectiva obrigação especial em curso, transferido para o contas a receber da concessão, a partir da sua entrada em serviço e a devolução de recursos (obrigações especiais) do Programa Luz para Todos, no montante de R\$ 12.839, não necessárias na execução das obras do mencionado programa.

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/06/2013 e 31/12/2012
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão ou vidas úteis definidas pela Aneel, das duas a menor, com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,75%.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo das obrigações especiais contabilizadas no intangível e do contas a receber da concessão estão representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2013	31/12/2012
Contribuições do consumidor (1)	116.083	109.878
Participação da União - recursos CDE (2)	34.976	47.816
Participação do Governo do Estado (2)	16.596	16.558
Reserva para reversão (3)	1.409	1.409
(-) Amortização acumulada	<u>(29.440)</u>	<u>(26.506)</u>
Total	<u>139.624</u>	<u>149.154</u>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	111.782	105.983
Infraestrutura - Intangível em serviço	12.192	14.598
Infraestrutura - Intangível em curso	<u>15.650</u>	<u>28.573</u>
Total	<u>139.624</u>	<u>149.154</u>

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(2) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais. No período findo em 30 de junho de 2013 o montante contabilizado nessa rubrica foi de R\$978.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

16 Fornecedores

	30/06/2013	31/12/2012
Suprimento (1):		
Furnas	136	136
Contratos Bilaterais	21.369	22.371
CCEE	6.055	-
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	6.271	8.901
Materiais e serviços e outros (2)	7.917	8.196
Total	41.748	39.604
Circulante	41.004	38.881
Não circulante	744	723

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/06/2013	31/12/2012	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III (*)	85	-	15.000	15.085	15.076	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	58	1.511	3.498	5.067	5.641	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	13	32	47	52	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	326	2.733	6.111	9.170	20.994	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	304	1.028	1.340	1.403	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	14.924	14.924		
Banco HSBC - repasse BNDES I	5	694	824	1.523	1.781	
Banco HSBC - repasse BNDES II	4	254	454	712	774	
Banco HSBC - repasse BNDES III	7	319	580	906	1.066	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	13	368	3.055	3.436	3.664	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	1	220	864	1.085	1.070	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	5	151	1.276	1.432	1.526	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	2	6	2.255	2.263	2.411	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	4	743	1.300	2.047	2.205	
Banco Itaú BBA - FINAME	19	1.277	5.770	7.066	5.265	
Caixa Econômica Federal - FINAME	46	224	4.083	4.353	4.351	
Banco Bradesco - CCB	2.304	12.500	25.000	39.804	38.263	(1) e (2)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	56	2.551	13.265	15.872	17.972	
Total em moeda nacional	2.945	23.868	99.319	126.132	123.514	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(24)	(74)	(214)	(312)	(356)	
Em moeda estrangeira						
Citibank	296	-	36.447	36.743	34.136	(2)
Bank of America Merrill Lynch	342	-	63.178	63.520	58.998	(2)
Banco Itaú BBA	554	-	66.468	67.022	61.820	(2)
Total em moeda estrangeira	1.192	-	166.093	167.285	154.954	
Total	4.113	23.794	265.198	293.105	278.112	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$1.012 (R\$2.568 em 31 de dezembro de 2012), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2013, todas as exigências foram cumpridas.

Resultados do 1º semestre de 2013

(2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2013:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	0,83%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	42	RGR	+ 5,0%	5,0%
Eletrobrás - subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar.2013	Recebíveis	32	RGR	+ 5,0%	5,0%
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	19	TJLP	+ 4,3%	4,3%
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,3%
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	TJLP	+ 3,9%	3,9%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 4,75%	4,75%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	45	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	3,75%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 5,95%	5,95%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	pré-fixado 5,5%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	19	pré-fixado 5,5%		
Banco Itaú BBA - FINAME	Até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado de 2,5% a 10%		
Caixa Econômica Federal - FINAME	Jan-2022	mensal, após dez.2013	Aval Energisa S.A.	60	pré-fixado	8,7%	
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	22	CDI	+ 1,25%	1,25%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	maio-2015	Mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	19	TJLP + 2,25% a 4,15%		
Citibank	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	21	libor	+ 2,25%	
Bank of America Merrill Lynch	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	22	libor	+ 2,0%	
Banco Itaú BBA	Set-2015	Final	Aval Energisa S.A.	33	Dólar	+ 2,95%	2,95%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2013
2014	137.630
2015	91.688
2016	5.594
2017	4.633
2018	8.593
Após 2018	17.060
Total	265.198

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2014	2015	2015 em diante	30/06/2013
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	-	-	153	153
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	33	28	-	61
	33	28	153	214

18 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	7ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9 % a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,06% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 30/06/2013 (*)	59.905
Circulante	-
Não circulante	59.905
Saldos em 31/12/2012 (*)	46.734
Circulante	98
Não circulante	46.636

(*) Deduzido de R\$309, referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$59.905 tem seu vencimento programado para dezembro de 2014.

Do total de 60.000 Debêntures objeto da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa Minas Gerais, 46.915 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 13.085 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures.

Em 20 de junho de 2013, através de leilão eletrônico organizado e divulgado pela CETIP S.A - Mercados Organizados, foram recolocadas no mercado as debêntures anteriormente resgatadas (13.085 debêntures da 7ª emissão pelo montante de R\$13.101). As debêntures, de valor nominal unitário de mil reais, foram recolocadas pelo preço unitário (PU), acrescido de remuneração correspondente a CDI mais 1% ao ano. As debêntures estavam na tesouraria por consequência da não repactuação de parte dos credores das respectivas emissões em 17 de dezembro de 2012.

19 Tributos e Contribuições Sociais

	30/06/2013	31/12/2012
ICMS	16.201	21.565
Encargos Sociais	728	688
IRPJ	4.217	4.138
CSSL	2.595	2.681
PIS/COFINS	4.767	5.547
Outros	554	823
Total	29.062	35.442
Circulante	22.614	29.978
Não circulante	6.448	5.464

20 Parcelamento de impostos

A Energisa MG optou por parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período findo em 30 de junho de 2013, foram efetuados pagamentos de R\$738 (R\$1.422 em 31 de dezembro de 2012) e juros Selic de R\$105 (R\$190 em 30 de junho de 2012).

Em 30 de junho de 2013, o saldo do parcelamento é de R\$2.651 (R\$3.284 em 31 de dezembro de 2012) e o número de parcelas a serem quitadas são 21.

Em 30 de junho de 2013, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	30/06/2013	31/12/2012
2013	1.244	1.407
2014	1.407	1.454
Após 2014	-	423
Total	2.651	3.284
Circulante	1.446	1.407
Não circulante	1.205	1.877

21 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/06/2013
Trabalhistas	3.225	490	(743)	111	3.083
Cíveis	2.975	733	(680)	118	3.146
Fiscais	-	146	-	3	149
Total	6.200	1.369	(1.423)	232	6.378
Depósitos e cauções vinculados (*)	(776)				(774)

(*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.306 (R\$1.307 em 31 de dezembro de 2012) dos quais R\$532 (R\$531 em 31 de dezembro de 2012), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Durante os primeiros seis meses de 2013, foram pagos o montante de R\$603, sendo de indenizações trabalhistas R\$273 e de indenizações cíveis R\$330.

Perdas prováveis

- Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$425.

- Fiscais**

No 1º trimestre de 2013 provisionou-se o valor de R\$146, correspondente a provisão da Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8, que anulará a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$85.111 (R\$79.083 em 31 de dezembro de 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- Trabalhistas**

Refere-se à reclamação trabalhista no montante equivalente a R\$2.124 (R\$1.757 em 31 de dezembro de 2012), que tem por objeto diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho

onde a Companhia figura como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária).

- **Cíveis**

Essas ações no montante equivalente a R\$39.491 (R\$45.752 em 31 de dezembro de 2012) têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia resultantes de PIS, COFINS e ICMS, bem como ação de indenização e causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor).

- **Fiscais**

Essas ações no montante de R\$43.496 (R\$31.574 em 31 de dezembro de 2012), têm por objeto: (i) pedidos relacionados a aproveitamento de crédito de ICMS do ativo imobilizado; (ii) encerramento do diferimento do imposto decorrente da aquisição de energia elétrica cuja saída foi realizada no amparo da isenção do imposto; (iii) diferenças de Imposto de Renda e (iv) PIS e COFINS.

22 Patrimônio Líquido

Capital social e reservas de capital

Em 30 de junho de 2013, o capital social é de R\$44.171 (R\$44.171 em 31 de dezembro de 2012), representando 450.712 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGE de 24 de abril de 2013, todas as ações preferenciais, no montante de 79.783 ações classe "A" e 253 ações classe "B", foram convertidas, pela companhia, em ações ordinárias.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi deliberado o pagamento de dividendos adicionais, relativos ao exercício de 2012, no montante de R\$38.531, equivalentes a R\$85,488676404 por ação ordinária, a serem pagos em 2 (duas) parcelas até o último dia útil dos meses de junho e setembro de 2013, podendo ser antecipados por decisão da administração da Companhia. Esses dividendos foram integralmente pagos no primeiro semestre de 2013

O Conselho de Administração aprovou em 13 de junho de 2013, a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro líquido do primeiro trimestre do corrente exercício, no montante de R\$9.963 (R\$22,1061por ação ordinária), a serem pagos a partir do dia 17 de junho de 2013.

23 Receita operacional

	30/06/2013				30/06/2012			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	301.738	222.367	53.318	114.553	291.952	206.179	62.749	126.902
Industrial	3.729	85.985	16.658	33.948	3.666	95.563	21.780	43.132
Comercial	33.970	109.392	27.877	58.910	33.507	105.757	26.694	55.547
Rural	65.037	73.668	16.277	30.996	63.870	68.467	12.014	23.540
Poder Público:								
Federal	63	241	53	110	61	236	65	126
Estadual	549	5.098	1.137	2.346	539	4.991	1.355	2.651
Municipal	3.404	10.739	2.390	4.934	3.342	10.514	2.848	5.575
Iluminação Pública	254	36.100	4.658	9.713	254	34.710	5.308	10.577
Serviço Público	547	18.573	3.361	7.022	543	18.536	3.556	7.133
Consumo Próprio	90	1.735	-	-	91	1.497	-	-
Subtotal	409.381	563.898	125.729	262.532	397.825	546.450	136.369	275.183
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	3.394	6.403	-	-	3.364	6.689
Suprimento	-	-	(28)	(569)	-	8.377	235	368
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(1.743)	(2.735)	(3.647)	-	(890)	(1.105)	(3.176)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	30	-	7.398	15.737	23	-	10.491	19.722
Receita de Construção	-	-	26.113	36.053	-	-	9.145	17.828
Outras receitas operacionais	-	-	1.316	2.604	-	-	1.030	2.319
Total - receita operacional bruta	409.411	562.155	161.187	319.113	397.848	553.937	159.529	318.933
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	24.966	53.216	-	-	29.150	59.173
PIS	-	-	2.229	4.678	-	-	2.514	5.000
COFINS	-	-	10.267	21.547	-	-	11.580	23.029
ISS	-	-	21	42	-	-	20	39
Quota para RGR	-	-	-	(1.160)	-	-	1.410	2.388
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	470	971	-	-	475	947
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.043	2.085	-	-	3.882	7.764
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	834	-	-	5.005	9.838
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	265	1.066	-	-	759	1.515
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	431	978	-	-	-	-
Total	-	-	39.692	84.257	-	-	54.795	109.689
Total - receita operacional líquida	409.411	562.155	121.495	234.856	397.848	553.937	104.734	209.244

24 Custo Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos do Serviço de Sistema

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a ANEEL publicará, mensalmente, o valor dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Para

os meses de janeiro a abril de 2013, a ANEEL já homologou os valores, através dos Despachos SRE/ANEEL nº 954 de 02 de abril de 2013, nº 1.312, de 30 de abril de 2013, nº 1.756 de 04 de junho de 2013 e nº 2.095 de 04 de julho de 2013 no montante de R\$11.933 sobre os referidos foram registrados os encargos de PIS e COFINS.

Os valores foram registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 30/06/2013 e 31/12/2012
Riscos Nomeados	23/10/2013	23.000	307
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2013	44.572	106
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2013	até R\$200 / veículo	59
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2013	35.905	166
			638

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram incluídas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/06/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	22.026	22.026	25.823	25.823
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	63.368	63.368	74.991	74.991
Consumidores e concessionárias	68.566	68.566	88.697	88.697
Títulos de créditos a receber e outros	2.991	2.991	2.784	2.784
Conta a receber da concessão	247.273	247.273	217.739	217.739
PASSIVO				
Fornecedores	(41.748)	(41.748)	(39.604)	(39.604)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(353.010)	(358.129)	(324.846)	(334.033)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado exceto quando mantidos até o vencimento.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de energia e de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (Fonte: CETIP), como é o caso da 7ª emissão de debêntures (EMG).

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes

expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua última revisão em 20 de dezembro de 2012, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

Resultados do 1º semestre de 2013

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		(41.004)	-	-	-	(744)	(41.748)
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	7,70%	(39.296)	(24.032)	(296.297)	(17.580)	(25.347)	(402.552)
Total		(80.300)	(24.032)	(296.297)	(17.580)	(26.091)	(444.300)

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de percepção de risco aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitos às modificações dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2013	31/12/2012
Caixa e equivalente de caixa	22.026	25.823
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	63.368	74.991
Consumidores e concessionárias	68.566	88.697
Títulos de créditos a receber e outros	2.991	2.784
Conta a receber da concessão	247.273	217.739

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estar buscando estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 30 de junho de 2013, com alta de 8,8% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,2317/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2013 era de 13,76%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa MG em 30 de junho de 2013 de R\$293.417 (R\$325.511 em 31 de dezembro de 2012), R\$167.285 (R\$154.954 em 31 de dezembro de 2012) estão representados em dólares, provenientes de empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período era US\$16,7 milhões (US\$16,5 de principal), US\$28,9 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,7 de principal) e US\$30,2 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal). Os empréstimos têm custos de até US\$ + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de longo prazo, em 30 de setembro de 2014, 27 de outubro de 2014 e 21 de setembro de 2015, respectivamente.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 apresenta no ativo não circulante o valor de R\$24.631 (R\$16.738 em 31 de dezembro de 2012), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa MG possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$16,7 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Citibank, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Set-14) pelo prazo até 30/09/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,25%) a.a. por 91,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 30/09/2014 bem como o valor do principal nesta última data.
2. Proteção para o montante equivalente a US\$28,9 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Bank of America Merrill Lynch, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Out-14) pelo prazo até 27/10/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,00%) a.a. por 91,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 27/10/2014 bem como o valor do principal nesta última data.
3. Proteção para o montante equivalente a US\$30,2 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Banco Itaú BBA, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,8500 (Set-15) pelo prazo até 21/09/2015. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 3,93% a.a. por 101,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 21/09/2015 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado negativo de R\$4.951 (positivo de R\$1.380 em 30 de junho de 2012) decorrentes da variação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Resultados do 1º semestre de 2013

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	30/06/2013			31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	A Receber/ (Recebido)
Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch	Nocional (BRL)		Posição Ativa	223.789	211.922	-	-
			Taxa de Juros LIBOR				
			Posição Passiva	(193.531)	(193.359)	-	-
	190.734	190.734	Taxa de Juros CDI				
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(5.628)	(1.825)	668	(3.915)
		Posição Total Swap Com Opções	24.631	16.738	-	-	

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de junho de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não preveem pagamentos intermediários antes de suas datas de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MTM) das operações da Energisa MG foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimo	-		19.454	(18.827)	(57.108)
Posição Ativa - LIBOR	223.789	Alta do US\$	153.123	191.404	229.685
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(193.531)		(142.318)	(142.318)	(142.318)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(5.628)		-	-	(29.489)
Subtotal	24.630		10.805	49.086	57.878
Líquido	24.630		30.259	30.259	770

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2013, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$30.259, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$30.259 e R\$770, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2013 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 8,64% ao ano e TJLP = 5,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	82.076	Alta CDI	1.764	2.189	2.608
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(129.994)	Alta CDI	(3.164)	(3.821)	(4.469)
	(23.170)	Alta TJLP	(509)	(580)	(649)
Subtotal (**)	(153.164)		(3.673)	(4.401)	(5.118)
Total - (Perdas)	(71.088)		(1.909)	(2.212)	(2.510)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2013 (8,64% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2013 e a TJLP 5% a.a..

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$167.285.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	30/06/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	63.368	74.991
Instrumentos financeiros derivativos	2	24.631	16.738

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

27 Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 30 de junho de 2013, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$190 (R\$110 em 30 de junho de 2012).

b) Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos benefícios a empregados - Prêmio Aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seus balanços com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldo final do balanço de 31/12/2012 em relação ao originalmente publicado, conforme segue:

	30/06/2013
Passivo registrado em 31/12/2012	1.620
(ajustes - CPC 33 (R1))	408
Saldo ajustado	2.028
Despesas do período	186
Pagamentos de obrigações contratadas	(70)
Passivo registrado em 30/06/2013	2.144
Passivo circulante	353
Passivo não circulante	1.791

Em 30 de junho de 2013, a despesa com o prêmio de aposentadoria foi de R\$186 (R\$109 em 30 de junho de 2012).

c) Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período de 30 de junho de 2013 as despesas com esse benefício foram de R\$282 (R\$286 em 30 de junho de 2012).

28 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia - milhares reais					
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2046	134.451	152.217	155.382	151.567	155.696	2.177.047

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa, Itaipu e Angra I e II.

29 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

30 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2013	30/06/2012
Atualização contas a receber da concessão - VNR	4.330	-
Contas a receber da concessão	26.270	20.978
Fornecedores	3.145	-

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012 e período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.2, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as informações financeiras intermediárias correspondentes às demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 24, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" MG

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" MG

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br